ESTADO DE MINAS

Publicado em 03/05/2022 - 05:55

PBH vai à Justiça Federal para barrar mineração

PROJETO POLÊMICO

Prefeitura anuncia processo em âmbito federal para tentar impedir exploração licenciada por órgão estadual. Três ações já foram ajuizadas e deputados estaduais articulam CPI

PBH vai à Justiça contra mineração na Serra do Curral

GUILHERME PEIXOTO

A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) vai acionar a Justiça Federal para tentar impedir a mineração na Serra do Curral. Segundo apurou o **Estado de Minas**, a decisão foi anunciada ontem, durante reunião entre o prefeito Fuad Noman (PSD) e vereadores. A ideia de ir aos tribunais federais foi confirmada pela prefeitura à reportagem. O objetivo é barrar a licença dada à Taquaril Mineração S.A. (Tamisa), que deseja instalar empreendimento de exploração do solo em uma área equivalente a 1,2 mil campos de futebol no limite entre a capital e Nova Lima. O licenciamento provocou uma onda contrária ao empreendimento, que inclui pelo menos três ações já ajuizadas, além da articulação de deputados estaduais para a abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as circunstâncias do aval.

A licença foi concedida na madrugada de sábado pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam), ligado ao governo de Romeu Zema (Novo). A PBH não informou quando pretende ajuizar a ação. A vereadora Bella Gonçalves (Psol), presente ao encontro para tratar do caso da mineração, comemorou a decisão do Poder Executivo municipal. "A mineração na Serra do Curral será judicializada. A Prefeitura de BH confirmou, em reunião com movimentos sociais e parlamentares, que irá entrar com ação na Justiça Federal para barrar a destruição da nossa serra", disse.

Há dois dias, Fuad Noman já havia prometido avaliar as medidas cabíveis. "Vamos verificar se temos condições de entrar na Justiça para suspender essa decisão. A Serra do Curral não pode ser atacada", projetou ele, em tom de preocupação. "Belo Horizonte não estaria, em tese, atingida, por isso. A cidade não foi incorporada no processo, mas estamos achando muito ruim."

Mais cedo, vereadores chegaram a anunciar articulações para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre eventuais omissões da prefeitura no processo de tombamento da serra. As negociações são tocadas por Duda Salabert (PDT) e Gabriel Azevedo (sem partido). A preservação integral do monumento está nas mãos do Conselho Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Conep-MG).

Na Assembleia de Minas, outra CPI, para tratar do processo que culminou na licença dada à Tamisa, pode sair do papel. A autorização do Copam às atividades da Tamisa foi dada enquanto corre, no Conep, processo que pode viabilizar o tombamento das famosas montanhas. Até ontem, às 19h, segundo atestou o **Estado de Minas**, Ana Paula Siqueira (Rede), líder das tratativas para tirar do papel a CPI, já havia colhido 14 das 26 assinaturas necessárias. Paralelamente, a Justiça mineira recebeu, desde domingo, ao menos três ações pedindo a suspensão da autorização concedida à mineradora.

A vitória da Tamisa no Copam ocorreu na madrugada do último sábado, após 18 horas de reunião. O empreendimento foi apoiado por representantes das secretarias estaduais de Governo, Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Social. Emissários de entidades como a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig) e a Agência Nacional de Mineração (ANM) também engrossaram o coro.

TÚLIO SANTOS/EM/D.A PRESS - 22/3/22

Vista da Serra do Curral a partir da Praça do Papa, em BH: capital reage à licença de mineração em área da vizinha Nova Lima

"O processo (de tombamento) no Conep já andou – e precisa ser acelerado. Vamos fazer um questionamento sobre as análises. Por que o tombamento não evoluiu no mesmo passo e agilidade da liberação desse complexo?", disse Ana Paula Siqueira.

APOSTA NO TOMBAMENTO O pleito pelo tombamento estadual da Serra do Curral foi acolhido pelo governo estadual em maio do ano passado. A pauta acabou, então, repassada ao Conep. Apesar das discussões em torno dos impactos da preservação total da área, a votação derradeira ainda não aconteceu. Um requerimento pedindo ao comitê que tome, urgentemente, uma decisão sobre o tema, deve ser enviado pela Assembleia. O objetivo é pressionar o conselho a colocar o projeto em análise. Assim, para Ana Paula, pode ser possível reverter o parecer favorável à Tamisa.

"O tombamento nos dá o argumento para enfrentar, na Justiça, ou voltar à discussão no Copam para retirar a licença de instalação de um complexo industrial ali. Somados todos os esforços, feitos em várias frentes, esse é o recurso mais factível que temos: o da verdadeira proteção do patrimônio cultural", afirmou a deputada, coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa do Meio Ambiente. A lista de 14 signatários do pedido de CPI tem parlamentares de PT, PV, MDB, PSD e Republicanos. Há expectativa de chegar ao mínimo necessário de subscrições nos próximos dias ou, quiçá, ainda hoje, quando muitos parlamentares retornam à sede do Legislativo, em BH, após alguns dias em suas bases eleitorais no interior.

A aposta no tombamento estadual ocorre porque a Serra do Curral está entre Belo Horizonte, Nova Lima e Sabará. Assim, com um marco de preservação regulado pelo governo mineiro, será possível garantir a integridade de todo o complexo verde. Com isso, a exploração mineral seria vedada. Na Assembleia, tramita uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para assegurar o tombamento – independentemente do que decidir o Conep. O texto já passou pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, para ser votado em primeiro turno, precisa do aval de uma comissão especial, ainda inexistente.

LEANDRO COURI/EM/D.A PRESS - 15/5/20

Trecho usado como trilha na Serra do Curral, no Bairro Taquaril: montanha é candidata ao tombamento, em processo instaurado em maio de 2021 no Iepha

Uma onda de processos

Uma das ações judiciais que pedem a anulação do licenciamento dado à Tamisa para minerar na Serra do Curral "nasceu" na Assembleia Legistativa de Minas Gerais. O autor da peça é o deputado Rafael Martins (PSD), que acionou ontem os tribunais. Para defender a nulidade do aval, o parlamentar, presidente da Comissão de Minas e Energia da Assembleia Legislativa, cita o dossiê do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG) pelo tombamento das montanhas. O documento apresenta oito fatores que embasam a necessidade de proibir a mineração na Serra do Curral: beleza histórica, riqueza ambiental, valores históricos, socioeconômicos, simbólicos, científicos, estéticos e sociais.

Ele aponta "perigo de dano" à serra pela instalação do complexo minerário. "Os danos ambientais são, habitualmente, de reconstituição impossível, tendo em vista que ao se degradar o meio ambiente a ação é, na maioria das vezes, irreparável", lê-se em trecho do documento judicial. "Faz-se como medida de prevenção, a interrupção de qualquer ação que possa causar dano, até que se tenha certeza por meio de comprovação científica que demonstre o real potencial lesivo da intervenção humana, na busca de evitar um dano irreversível", continua a advogada Ester Assis d'Avila, representante de Martins.

Também ontem, o bacharel em ciências do Estado Thales Monteiro Freire apresentou ação popular que aponta inconformidades no cumprimento do Plano Diretor de Nova Lima. "Pela legislação da cidade, esse empreendimento não pode acontecer. Existem várias zonas de proteção ambiental envolvidas na área de exploração." No domingo, o partido Rede Sustentabilidade também acionou a Justiça, a fim de conseguir a anulação da licença dada pelas autoridades ambientais à mineradora.

O EM procurou, ontem, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG), responsável pelo Conselho do Patrimônio, a fim de saber se há prazo para colocar o tombamento na pauta de votações do colegiado. Até o fechamento desta edição o órgão não havia respondido. Na semana passada, o instituto explicou que, antes de submeter o tombamento ao Conep, acordou, com as gestões de Belo Horizonte, Nova Lima e Sabará, e com o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), a apresentação, às prefeituras, dos estudos que embasam a possível proteção ambiental da área.

"No intuito de ampliar o debate e garantir a manifestação dos municípios, Iepha e MPMG acordaram em aditar o Termo de Compromisso que possibilitou a elaboração dos estudos e formatação da proposta inicial de tombamento, a fim de permitir que novas informações fossem analisadas e avaliadas. Comunicações e reuniões entre os gestores de Belo Horizonte, Nova Lima e Sabará já foram realizadas e novas rodadas técnicas estão previstas".

A empresa, por sua vez, se defendeu das críticas. "A Tamisa considera que a opinião de um grupo organizado, com interesses pessoais e políticos, que vem divulgando informações distorcidas sobre o projeto não deve inviabilizar um empreendimento regular, em conformidade com a legislação, que beneficia toda a sociedade."

O plano da companhia minerária inclui a exploração da região da Fazenda Ana da Cruz, no limite entre Nova Lima e a capital. O terreno está próximo ao Pico Belo Horizonte, ponto mais alto da serra. O processo tem duas etapas: na primeira, espera-se extrair 31 milhões de toneladas de minério de ferro ao longo de 13 anos. Já a segunda fase consiste na lavra de 3 milhões de toneladas de itabirito friável rico, com dois anos de implantação e nove de operação. (GP com Silvia Pires)

ENQUANTO ISSO...

...MP SEGUE EM ALERTA

Antes da concessão da licença de mineração à Tamisa, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) impetrou duas ações civis públicas por ter identificado irregularidades no processo de obtenção da autorização. "Diante da recente aprovação da licença ambiental, os promotores de Justiça envolvidos informam que a atuação do MPMG prosseguirá e que analisam as próximas providências a serem adotadas no caso. O MPMG seguirá vigilante em defesa da sociedade mineira e das futuras gerações", informou a entidade. Na semana passada, a 4ª Promotoria de Justiça de Nova Lima e o Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (Caoma) pediram a suspensão de uma das certidões necessárias para concretizar o licenciamento. O documento alvo de questionamento dos promotores foi entregue à Tamisa pela Prefeitura de Nova Lima. Em março, o MPMG havia pedido ao Copam a retirada da autorização à Tamisa da pauta de ideias analisadas.

REAÇÕES EM SÉRIE

Presidente da Comissão de Minas e Energia da Assembleia Legislativa, o deputado estadual Rafael Martins (PSD) protocolou ontem, na 1ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte, ação com pedido de liminar para suspensão dos efeitos da licença dada pelo Copam à Tamisa. Na ação popular, ele aponta "perigo de dano" à serra.

» Pela manhã, outra ação popular havia sido ajuizada pelo bacharel em ciências do Estado Thales Monteiro Freire e processada pelo advogado especialista em direito público Lúcio de Medeiros. A ação questiona a concessão da licença no momento em que o tombamento da serra está em análise e aponta inconformidades com o Plano Diretor de Nova Lima.

» No domingo, o partido Rede Sustentabilidade já havia acionado a Justiça contra o governo de Minas pedindo a imediata suspensão da licença. A ação popular foi protocolada em nome do porta-voz estadual do partido, Paulo Lamac.

» Ofício enviado ontem pela deputada estadual Ana Paula Siqueira (Rede) pede ao Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Conep-MG) uma reunião urgente para deliberar sobre o tombamento da Serra do Curral, em análise desde maio do ano passado. A expectativa é que o licenciamento possa ser revertido caso o tombamento seja aprovado.

» Paralelamente, a deputada do Rede apresentou à Assembleia Legislativa um pedido de abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o licenciamento concedido pelo Copam à Tamisa

» Na Assembleia Legislativa, tramita uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que pode garantir o tombamento, independentemente do que decidir o Conep. O texto já passou pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, para ser votado em primeiro turno, precisa do aval de uma comissão especial, ainda inexistente.

» O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) estuda novas ações contra o projeto. Antes da concessão da licença, o órgão impetrou duas ações civis públicas por ter identificado irregularidades no processo de obtenção da autorização, que terminaram não surtindo efeito.

» Um abaixo-assinado eletrônico em defesa do tombamento estadual da Serra do Curral circula pelas redes sociais desde a tarde de sábado. O texto conta com a participação de vários representantes da sociedade e associações em defesa do meio ambiente.

PROJETO POLÊMICO

Cavernas relevantes, nascentes e espécies raras compõem trecho da Serra do Curral percorrido pelo *EM*. Área deverá abrigar mineração, já com aval do Copam e condenada por ambientalistas

Celeiro de riquezas EM JOGO

FOTOS: LEANDRO COURI/EM/D.A PRESS

Raríssimo, o cacto *Arthrocereus glaziovii* é visto na área destinada ao complexo minerário: a espécie só ocorre nas montanhas de canga do Quadrilátero Ferrífero

Só no mapeamento de drenagem de córregos há 24 nascentes descendo para o Rio das Velhas, em Nova Lima e Raposos, que ajudam a reduzir a poluição do manancial

EVA RIMA/TAMISA

Na área destinada ao empreendimento, há 49 cavernas em situação de alerta, 12 delas consideradas de alta relevância: uma é habitada por opilião recém-descoberto e que ainda nem foi batizado (E)

Flores silvestres de várias cores compõem a paisagem da serra, cujo tombamento está em análise

MATEUS PARREIRAS

Cavernas de máxima relevância dotadas de fauna recém-descoberta e pouco estudada. Nascentes que correm para o Rio das Velhas ajudam a diluir a sua poluição. Muros de pedras que serviam de pouso para o gado que alimentava as Minas do século 18 e um raríssimo cacto denominado *Arthrocereus glaziovii*, espécie ameaçada de extinção que só ocorre nas montanhas de canga de minério de ferro do Quadrilátero Ferrífero. Todo esse patrimônio se encontra ameaçado, de acordo com ambientalistas, após a implantação de novo projeto de mineração ter sido permitida na Serra do Curral pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam), na madrugada do dia 30 de abril. Por 8 a 4, os conselheiros votaram a favor do projeto da Taquaril Mineração S.A. (Tamisa), que prevê a instalação do Complexo Minerário Serra do Taquaril (CMST) em uma área equivalente a 1.200 campos de futebol, na região da Fazenda Ana Cruz, entre BH e Nova Lima.

Ontem, primeiro dia útil depois de os conselheiros do Copam concederem a permissão, a reportagem do **Estado de Minas** foi até os locais onde a Tamisa instalará a exploração de minério de ferro. Os acessos por estradas e trilhas para chegar próximo ao empreendimento estavam fechados pela mineradora, que controla esses caminhos. Para mostrar a riqueza natural ameaçada, a reportagem teve de trilhar por 7,5 quilômetros de vias alternativas, muitas delas abertas naturalmente por enxurradas, tendo de retornar por Nova Lima.

A mina terá três pontos de extração de minério de ferro, que são as cavas. (Confira o mapa.) No interior da vegetação de campos rupestres, no caminho para o espaço reservado para a instalação da Cava Norte do projeto foi encontrada uma caverna já muito impactada. Acima de uma das trilhas, o túnel se aprofunda a mais de dois metros do chão em um dos paredões da serra. Vândalos deixaram pichações, mas uma grande rachadura parece se ampliar com o tempo e pode sofrer e até desabar caso ocorra movimentação pesada da atividade mineraria na Cava Norte, a 600 metros dali.

E essa não é a única cavidade rochosa dentro ou próxima à área destinada ao empreendimento minerário. Ao todo, há 49 cavernas nessa situação de alerta, sendo 12 delas de alta relevância, ou seja, são necessárias compensações para atividades que as ameaçarem. Uma das cavernas, que fica a apenas 200 metros da futura cava, é considerada de máxima relevância e não pode ser impactada. E um dos motivos para essa importância está em um inseto que vive ali e que ainda nem sequer recebeu um nome.

"É impensável se permitir um empreendimento tão próximo de cavernas como essas. Na caverna de máxima relevância está sendo estudado um opilião (um aracnídeo, como as aranhas) que apresenta características troglomórficas (pode ter se adaptado ao ambiente de cavernas) e ainda não foi descrito. O animal é minúsculo, tem apenas dois milímetros de comprimento. Mesmo pequenas modificações no ambiente da caverna, como a poeira gerada pela mineração, já poderiam comprometer totalmente a vida desse animal na gruta que fica a 200 metros da cava", observa o professor de química pesquisador em espeleologia e ambientalista, Luciano Faria.

Do alto da serra, corre também muita água. E impactos sobre esses recursos hídricos também são uma preocupação dos ambientalistas que defendem a não instalação do projeto da Tamisa. Só no mapeamento de drenagem de córregos há 24 nascentes descendo das rochas de canga da serra para o Rio das Velhas, em Nova Lima e Raposos, onde a poluição já é grande e, por isso mesmo, quanto mais água de boa qualidade melhor para a flora e a fauna do rio.

Em toda a Serra do Curral sobrevive o cacto *Arthrocereus glaziovii*, ameaçado de extinção, em boa parte devido à mineração nas montanhas do Quadrilátero Ferrífero, único local no planeta onde existe essa espécie. A existência do cacto motivou inclusive o fechamento a turistas da travessia pela serra entre os parques das Mangabeiras e Serra do Curral. Impacto certamente muito menor do que a remoção de cactos para escavar minas, erguer pilhas de rejeitos e abrir estradas.

Tão raro quanto o cacto endêmico do Quadrilátero Ferrífero é o testemunho de sua floração, que ocorre apenas à noite e nos meses de dezembro e janeiro. É nesses meses que as cores das pétalas do cacto se unem às das demais flores selvagens em várias cores: amarelas, azuis, roxas e brancas, entre outras.

COMPLEXO MINERÁRIO

Área onde a Tamisa pretende minerar e como é o projeto

- Instalação do Complexo Minerário Serra do Taquaril em área equivalente a 1.200 campos de futebol, na região da Fazenda Ana Cruz, próxima ao Pico Belo Horizonte
- O projeto prevê a exploração em três cavas e implantação de duas pilhas de rejeitos
- Espera-se extrair 31 milhões de toneladas de minério ao longo de 13 anos, assim como lavrar 3 milhões de toneladas de itabirito friável rico em 9 anos

Copyright © Clipclap 2025.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Gerais **Pagina:** 10 e 11

Copyright © Clipclap 2025.